

VIOÊNCIA OBSTÉTRICA: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DOS ENFERMEIROS

Raiany Monique Anselmo de Almeida Paes, Júlio Correa dos Santos, Maria Alice Gregório, Vitória Caroline Sant'Anna Souza, Aline Llamas de Oliveira, Kátia Zeny Assumpção Pedroso

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil,
raianymoniquepaes@gmail.com.

Resumo

A violência obstétrica é um fenômeno que envolve abusos e desrespeito contra mulheres durante o parto, sendo reconhecida pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como violação dos direitos humanos. Os objetivos são pesquisar no DATASUS e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dados estatísticos sobre a violência obstétrica e identificar práticas obstétricas abusivas e suas consequências para a saúde das mulheres e propor estratégias de prevenção e conscientização. A pesquisa incluiu artigos em português e utilizou bases como DATASUS e Ipea. Esta revisão bibliográfica analisou 10 artigos. Os resultados mostraram um conhecimento limitado sobre o tema entre as mulheres, com práticas comuns de violência obstétrica sendo a peregrinação, ausência de acompanhante e manobra de Kristeller. A revisão evidenciou a necessidade de estratégias de prevenção e conscientização, como panfleto educativo. Concluiu-se que políticas públicas fortalecidas e educação adequada são essenciais para um atendimento humanizado e a prevenção da violência obstétrica.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Enfermeiro. Violência contra a mulher.

Área do Conhecimento: Enfermagem

Introdução

A violência obstétrica é um fenômeno complexo e multifacetado, definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “abuso de práticas e procedimentos durante o atendimento ao parto e ao nascimento, que causam sofrimento físico e psicológico, e/ou a falta de respeito pelos direitos das mulheres” (Global Status Report on Violence Prevention, 2014). Reconhecida pela OMS como uma violação dos direitos humanos e da dignidade das mulheres, essa forma de violência inclui desde procedimentos invasivos e desnecessários até a falta de consentimento informado e humilhações verbais e físicas como apresentado por Almeida (2022).

Ao longo dos anos, diversas revisões e estudos têm revelado a amplitude e os impactos da violência obstétrica no Brasil e no mundo. Revisões narrativas indicam que práticas como a realização de episiotomias sem consentimento, a manobra de Kristeller (manobra em que o fundo do útero é empurrado usando força para expulsar o feto) e a restrição de movimento durante o parto são exemplos frequentes de violência obstétrica que causam sofrimento evitável e impactos negativos na saúde física e mental das mulheres, como visto no trabalho de Souza (2021).

A conscientização e o combate à violência obstétrica têm se intensificado, com movimentos de ativismo, como o ciberativismo, desempenhando um papel crucial na divulgação de relatos pessoais e na pressão por mudanças nas práticas obstétricas. No entanto, ainda existe uma significativa lacuna de conhecimento e reconhecimento do problema, tanto entre profissionais de saúde quanto entre as próprias mulheres que sofrem esses abusos, conforme apresentado no trabalho de Castro (2023).

Estudos qualitativos e quantitativos demonstram que, além das consequências diretas para a saúde materna, a violência obstétrica contribui para a perpetuação de desigualdades e injustiças sistêmicas, Tranjo (2021). A dificuldade em reconhecer e nomear essas práticas abusivas impede uma resposta adequada e a implementação de políticas públicas eficazes. Ao ler a respeito do tema e acompanhar na mídia vários casos de violência obstétrica (VO), surgiu o interesse em estudar o tema, desta forma traçaram-se os seguintes objetivos: pesquisar no DATASUS e O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) dados estatísticos sobre a violência obstétrica, identificar práticas obstétricas abusivas e propor estratégias de prevenção e conscientização da violência obstétrica.

Metodologia

Trata-se de revisão bibliográfica para a qual foi realizado feito levantamento de artigos a partir dos critérios: artigos originais, na íntegra, relevantes ao tema, em português, de acesso gratuito, não duplicado, no corte temporal entre 2014 e 2024. Por outro lado, foram excluídas pesquisas que não estavam diretamente relacionadas ao tema, de acesso pago, fora do corte temporal, ou fora da temática ao serem lidos.

A coleta de dados para os resultados foi feita através dos artigos selecionados, com a identificação e análise das percepções dos autores que compartilhavam pontos de vista similares. A discussão seguiu um processo semelhante, reunindo ideias que convergem para a mesma visão do tema. Foram utilizados os descritores em saúde Violência Obstétrica. Enfermeiro. Violência contra a mulher, nas bases de dados: BVS, SciELO e LILACS. Foi realizada ainda pesquisa em bancos de dados secundários no sentido de buscar dados estatísticos sobre a violência obstétrica no DATASUS-Tabnet e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A fim de contribuir para a orientação das mulheres a respeito do tema violência obstétrica, e assim trabalhar a prevenção de ocorrência da violência obstétrica foi elaborado um panfleto de orientação (Figura 2) Para a conscientização foi elaborado um panfleto para a prevenção da violência obstétrica. A ideia é de forma prática, com linguagem de fácil compreensão, ensinar o que é a violência obstétrica e como preveni-la.

Resultados

De 20 artigos consultados na busca, foram selecionados 10 que mais se adequavam ao proposto nos objetivos e nos critérios de inclusão e exclusão, com base nos artigos encontrados foi possível encontrar como resultados que há um conhecimento limitado sobre violência obstétrica entre as mulheres, com 72% das participantes desconhecendo o termo e 90% não recebendo informações sobre

isso durante o pré-natal. A análise dos dados revelou práticas comuns de violência obstétrica, como peregrinação (34,1%), ausência de acompanhante (22,8%), retirada do bebê do campo de visão (20,3%), proibição de ingestão de alimentos (18,7%), toques vaginais repetitivos (17,9%), manobra de Kristeller (14,6%) e litotomia (12,2%). Essas práticas ocorreram predominantemente no setor de pré-parto, parto e pós-parto, com 83,1% das incidências relatadas, como apresentado no trabalho de Souza (2021) e no gráfico 1 para melhor atendimento.

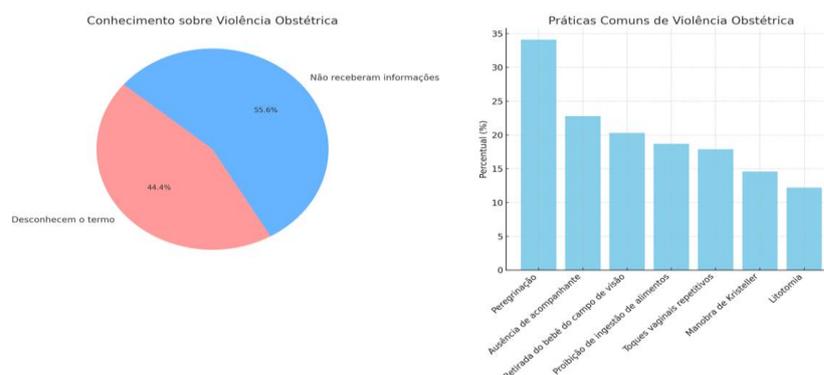
As pesquisas em bancos de dados secundários revelaram que no DATASUS não é possível encontrar dados específicos sobre violência obstétrica, sendo a categoria "outras" a única disponível, o que dificulta a precisão dos dados devido à sua abrangência excessiva. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que, no Atlas da Violência de 2023, a violência obstétrica não foi especificamente mencionada na seção dedicada à violência contra a mulher, conforme mostrado na figura 1.

Figura 1 – Atlas de Violência Contra a Mulher de 2023



Fonte: Ipea e FBSP, 2023.

Gráfico 1- Conhecimento das Mulheres sobre a Violência Obstétrica



Fonte: Autores (2024)

Figura 2: Panfleto de orientação como estratégia de prevenção e conscientização



Fonte: Autores (2024)

Discussão

A violência obstétrica tem consequências físicas e psicológicas graves, destacando-se a falta de suporte ambiental como um fator significativo na experiência traumática das mulheres. Para prevenir essa forma de violência, é essencial a educação tanto dos profissionais de saúde quanto das gestantes, além de melhorias no ambiente de parto, de acordo com Matos (2021).

Almeida et al. (2022) e Castro *et al.* (2023) apontam que a maioria das vítimas de violência obstétrica são mulheres jovens e de baixa renda, especialmente as negras, evidenciando que essas características aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres à violência durante o parto. Esses autores destacam que, em contextos de desigualdade social e racial, as práticas abusivas são mais prevalentes, resultando em impactos negativos tanto na saúde física quanto mental das mulheres. Por outro lado, Costa Teixeira *et al.* (2020) trazem uma perspectiva um pouco diferente, indicando que, embora mulheres jovens e de baixa renda sejam de fato vulneráveis, a violência obstétrica não está restrita a esse grupo específico. Eles observam que mulheres de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos também relatam experiências de violência, sugerindo que o problema é mais abrangente e pode afetar mulheres de diferentes perfis sociais.

Diniz *et al.* (2015) e Sousa *et al.* (2021) corroboram essa visão mais abrangente, mencionando que a violência obstétrica pode ocorrer independentemente da idade ou condição socioeconômica da

mulher, e que o fator determinante é muitas vezes o ambiente institucional e a conduta dos profissionais de saúde, mais do que as características individuais das parturientes. Esses autores argumentam que práticas abusivas estão enraizadas em uma cultura institucional que negligencia os direitos das mulheres, independentemente de sua classe social ou cor de pele.

A partir dessas análises, é possível perceber que, embora a violência obstétrica afete desproporcionalmente mulheres negras, jovens e de baixa renda, como afirmam Almeida *et al.* (2022) e Castro *et al.* (2023), ela também pode atingir mulheres de diferentes perfis, conforme indicado por Costa Teixeira *et al.* (2020), Diniz *et al.* (2015) e Sousa *et al.* (2021). Isso sugere que as estratégias de prevenção e combate à violência obstétrica devem ser amplas e inclusivas, considerando tanto os aspectos individuais das vítimas quanto os fatores institucionais que perpetuam essas práticas.

Conclusão

Conclui-se que, apesar dos esforços crescentes de conscientização e ativismo, ainda há uma lacuna considerável no conhecimento e no reconhecimento do problema, tanto entre as mulheres quanto entre os profissionais de saúde. É fundamental que as políticas públicas sejam fortalecidas e que os profissionais de saúde recebam uma formação contínua e adequada sobre práticas humanizadas e baseadas em evidências científicas. Além disso, a inclusão de temas relacionados à violência obstétrica nos currículos educacionais é crucial para garantir que futuros profissionais de saúde estejam preparados para oferecer um atendimento respeitoso e de qualidade às gestantes.

Referências

ALMEIDA, Joseneide Viana de et al. Percepção das puérperas de um hospital materno infantil sobre a violência obstétrica no estado de Roraima. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 11680-11680, 2022.

Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 54, e03650, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dCpZMxm4BHpmb5nFwglWDL/>. Acesso em: 22 maio 2024.

CASTRO, Natália Rayanne Souza et al. Violência obstétrica na percepção de puérperas em uma maternidade pública do norte do Brasil. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 12625-12625, 2023.

COSTA TEIXEIRA, Patrícia et al. **Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar**. Nursing (São Paulo), v. 23, n. 261, p. 3607-3615, 2020.

DINIZ, Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna e propostas para sua prevenção. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-8, jan. 2015. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/violencia-obstetrica-no-brasil-uma-revisao-bibliografica-29039>. Acesso em: 22 maio 2024.

GOMES, Amanda de Alencar Pereira et al. **O saber de estudantes da área de saúde sobre violência obstétrica: Revisão integrativa.** Nursing (São Paulo), p. 8556-8565, 2022.

JARDIM, Danúbia Mariane Barbosa; MODENA, Celina Maria. Obstetric violence in the daily routine of care and its characteristics. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 26, p. e3069, 2018.

MATOS, Mariana Gouvêa de; MAGALHÃES, Andrea Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, p. e219616, 2021.

NASCIMENTO, David Ederson Moreira do et al. **Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto.** Nursing (Ed. bras., Impr.), p. 8242-8253, 2022.

Nomeando o inominável. **A problematização da violência obstétrica e o delineamento de uma pedagogia reprodutiva contra-hegemônica.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 233-253, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xXgjFBTzkvX8J57PcxvBgpK/>. Acesso em: 22 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Global Status Report on Violence Prevention 2014*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2014. Disponível em: [Global status report on violence prevention 2014 \(who.int\)](https://www.who.int/publications/m/item/global-status-report-on-violence-prevention-2014). Acesso em: 29/07/2024.

SANTOS, Juliana Eduardo dos et al. Obstetric violence in brazil: appropriation of the female body and rights violation--integrative literature REVIEW. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, v. 15, n. 1, 2023.

SOUSA, Maria Patrícia Vitorino et al. **Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem.** Nursing (São Paulo), v. 24, n. 279, p. 6015-6024, 2021.

SOUZA, Ketly Janaína de et al. Institutional violence and quality of service in obstetrics are associated with postpartum depression. **Revista de Saúde Pública**, [S. l.], v. 51, p. 69, 2017. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2017.v51/69/>. Acesso em: 22 maio 2024.

TRAJANO, Amanda Reis; BARRETO, Edna Abreu. **Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. e200689, 2021.

Violência obstétrica no brasil: uma revisão narrativa. Psicologia & Sociedade, [S. l.], v. 33, e0200033, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/>. Acesso em: 22 maio 2024.

TabNet Win32 3.2: **Violência interpessoal/autoprovocada** - Brasil. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/violebr.def>. Acesso em: 25 mar. 2024.